



**CONSELHO EUROPEU
O PRESIDENTE**



Bruxelas, 30 de janeiro de 2012
(OR. en)
EUCO 15/12
PRESSE 29
PR PCE 12

Comentários para a imprensa do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, na sequência da reunião informal dos membros do Conselho Europeu

Boa noite,

Hoje tomámos decisões em várias frentes para continuar a restabelecer a confiança nas nossas economias.

No ano passado, os dirigentes europeus tiveram de tomar medidas difíceis e por vezes muito duras para estabilizar a zona euro mas, como todos sabem, essas medidas eram necessárias – e começamos agora a ver que valeu a pena o esforço.

No entanto, reconhecemos que a estabilidade financeira por si só não é suficiente para nos tirar da crise económica. Temos de fazer mais, em especial em matéria de crescimento económico e de emprego.

No nosso texto, falamos em "consolidação orçamental favorável ao crescimento e crescimento económico favorável ao emprego".

O que quer isto dizer?

Cortar nos défices, mas não nos nossos investimentos para o futuro.

Aumentar a competitividade das nossas empresas, aliciando-as ao mesmo tempo a empregar.

I M P R E N S A

Dirk De Backer - Porta-voz do Presidente - ☎ +32 (0)2 281 9768 - +32 (0)497 59 99 19
Jesús Carmona - Porta-voz adjunto do Presidente - ☎ +32 (0)2 281 9548 / 5150 - +32 (0)475 65 32 15
press.president@consilium.europa.eu <http://www.consilium.europa.eu/>

EUCO 15/12

Centrámo-nos em três prioridades:

Primeiro: criar emprego, especialmente para os jovens. Trata-se de ajudar os jovens em toda a Europa a encontrar um lugar no mercado de trabalho.

Na semana passada, recebi uma carta do Fórum Europeu da Juventude, que dizia: "Em tempos de crise e austeridade económica, os jovens não precisam de boas palavras, mas de fortes investimentos".

De facto. É por esta razão que decidimos utilizar os fundos europeus para criar regimes de aprendizagem e ajudar os jovens empresários em arranque.

Estimular o emprego é uma responsabilidade que cabe principalmente a cada país, mas podemos fazer parte do trabalho todos juntos, como União; e fá-lo-emos.

Segunda prioridade: ajudar as pequenas e médias empresas a ter acesso ao crédito, por exemplo mobilizando fundos disponíveis da UE para apoiar os empregadores e reduzir a burocracia.

Terceira prioridade: o mercado único. Estamos determinados a eliminar os obstáculos que ainda impedem a sua conclusão – nomeadamente, ultimando o mercado digital e o mercado da energia. Deve ser dada prioridade às medidas que mais contribuem para estimular o crescimento e o emprego.

Este Conselho Europeu constitui uma primeira etapa no processo do Semestre Europeu, tendo como horizonte os Conselhos de março e junho. Em conjunto, as decisões que tomámos podem realmente fazer a diferença. Para os jovens, a diferença entre o desemprego e o primeiro emprego. Para as pequenas empresas, a diferença entre ser obrigado a despedir um trabalhador e estar em condições de contratar mais um... O objetivo é abrir perspectivas e dar esperança.

A segunda questão principal abordada na reunião de hoje foi a continuação dos nossos esforços para a estabilidade da zona euro. Realizámos progressos importantes na nossa estratégia para ultrapassar a crise e estreitar os laços entre as nossas economias num quadro mais forte.

Permitam-me que mencione quatro elementos.

Primeiro: acordámos e subscrevemos o pacto orçamental, um tratado sobre a estabilidade e a convergência na União Económica e Monetária. Os 17 dirigentes da zona euro assinarão este pacto na nossa próxima reunião, em março, juntamente com os dirigentes dos países que não pertencem à área do euro que desejem associar-se-lhe. O Tratado destina-se a aumentar a responsabilidade e melhorar a supervisão. Cada país signatário se compromete a introduzir um "travão ao endividamento", ou "regra de ouro", na sua própria legislação, a nível constitucional ou equivalente. A introdução de novas regras de votação e de um mecanismo automático de correção permitirá garantir o cumprimento de forma mais eficaz. O Tratado será assinado por 25 Estados-Membros – ou seja, todos, menos o Reino Unido e a República Checa – e entrará em vigor logo que tiver sido ratificado por doze países da área do euro.

Segundo: subscrevemos o acordo entre os 17 sobre o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade. Pedimos aos Ministros das Finanças que o assinem na próxima reunião do Eurogrupo, por forma a que possa produzir efeitos a partir de julho de 2012. A rápida entrada em vigor deste dispositivo de segurança permanente evitará os efeitos de contágio na área do euro e permitirá continuar a restabelecer a confiança.

Terceiro: conforme acordado em dezembro, reapreciaremos a adequação dos recursos disponíveis ao abrigo dos fundos de resgate – FEEF e MEE – no mês de março. E como a nossa próxima cimeira vai ser no dia 1 de março, na realidade já só faltam menos de cinco semanas!

Quarto e último elemento: no que se refere à Grécia, congratulamo-nos com os progressos realizados nas negociações com o setor privado. Instamos as autoridades gregas e a tróica a chegarem a acordo sobre as medidas a tomar para relançar o atual programa. Exortamos os Ministros das Finanças a tomarem todas as medidas necessárias para implementar o acordo relativo à participação do setor privado e para adotar o novo programa até ao fim da semana, bem a tempo de permitir o lançamento da participação do setor privado até meados de fevereiro.

Último aspeto. Embora não constassem formalmente da ordem do dia de hoje, abordámos ainda brevemente as relações externas. Como já emiti em separado uma declaração à imprensa sobre esta questão, permitam-me que mencione apenas os três assuntos que debatemos. Subscrevemos as medidas restritivas contra o Irão, incluindo o embargo ao petróleo, tal como decidido pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros na semana passada. Expressamos a nossa indignação perante as atrocidades cometidas e a repressão exercida pelo regime sírio, e exortámos os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas a tomarem as medidas que há muito deveriam ter sido tomadas para fazer cessar a repressão.

E como não nos devemos esquecer de que também há boas notícias, saudámos e encorajámos a via das reformas pacíficas escolhida pelo Governo da Birmânia/Mianmar.